

RECEPÇÃO E PROMOÇÃO DO ESTAGIÁRIO DE LICENCIATURA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Lethycia Lopes Pereira¹
Helena Rivelli de Oliveira²

RESUMO

O presente estudo é parte de uma pesquisa de mestrado de caráter qualitativo, que destinou entender como se dá a recepção e o acompanhamento dos estagiários dos cursos de licenciaturas da UFJF, nas escolas da Educação Básica da cidade de Juiz de Fora (MG). Os autores do campo da Educação com os quais dialogamos defendem o estágio como um espaço de formação inicial e continuada de professores, enfatizando o papel da escola e do professor supervisor como coformadores dos licenciandos, assim como a importância de um acolhimento formativo para com os licenciandos. Nesse contexto, é essencial que haja uma troca de experiência entre os pares e momentos de reflexão conjunta entre todos os envolvidos. Para atingir nosso objetivo, elencou-se as escolas da rede estadual do município que mais receberam estagiários nos últimos três anos. Desse modo, foram selecionadas três escolas e utilizou-se como instrumento metodológico a entrevista semiestruturada com os gestores e os professores supervisores dessas instituições. A partir de nossas análises, identificamos as relações tecidas durante a disciplina de estágio supervisionado e as ações que auxiliam no acolhimento dos estagiários, assim como no estreitamento da relação entre a universidade e a escola. Espera-se que esse trabalho contribua para a melhoria da qualidade das disciplinas de estágio, no que diz respeito à recepção e promoção dos estagiários no ambiente escolar, consolidando o estágio supervisionado como um elemento fundante da formação inicial e continuada de professores.

Palavras-chave: Formação de professores. Acolhimento no estágio. Práticas de acompanhamento.

INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre a formação docente ganharam destaque nas últimas décadas, já que, um dos caminhos para uma educação de qualidade é ter professores bem preparados para lidar com a heterogeneidade da sociedade atual. No contexto da formação inicial de professores, a realização do estágio supervisionado nas escolas de Educação Básica tem se destacado nos estudos como um elemento de reconhecida relevância da constituição da identidade profissional docente.

¹ Licenciada em Química pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública, pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). Professora de Química da Educação Básica, na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. E-mail: lethycia.loopes@gmail.com

² Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Mestre e Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Analista de Formação no Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). E-mail: rivelli.helena@gmail.com.

Muitas pesquisas (Pimenta, 2006; Pimenta; Lima, 2012; Diniz-Pereira, 2008; entre outras) enfatizam a necessidade do licenciando conhecer a realidade da escola e do fazer docente. Além disso, acreditamos que o estágio supervisionado constitui-se como um campo de pesquisa que possibilita a inserção do licenciando na realidade da profissão, mesmo que mediada em uma situação controlada dentro de uma disciplina (PIMENTA, 2006). Ou ainda como Nóvoa (2009, p. 38) defende que o estágio é “fundamental para consolidar as bases da formação, que deve ter como referência lógica de acompanhamento, de formação–em–situação, de análise da prática e de integração na cultura profissional docente”.

Dessa forma, o presente texto apresenta resultados de uma pesquisa de mestrado desenvolvida pela primeira autora e buscou compreender o que as escolas fazem para a recepção e a promoção dos licenciandos no ambiente escolar, por meio dos estágios supervisionados obrigatórios das licenciaturas presenciais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Na tentativa de conhecer e aprofundar sobre a temática da formação de professores por meio do estágio supervisionado, buscou-se alguns livros de autores representativos desse campo de pesquisa. Autores como Pimenta (2006), Pimenta e Lima (2012) e Silva (2016), acreditam que o estágio se constitui como um campo de conhecimento e aprendizagem, assim como de teoria e prática ao mesmo tempo. Assim,

[...] o aluno mantém um constante vai e vem entre os saberes práticos e teóricos, específicos e pedagógicos, tornando-se um espaço de conflitos, discussões e construção sobre o ser docente, formando os primeiros traços da identidade profissional do professor (SILVA, 2016, p. 27).

Isto significa que o estágio funciona como um elo entre a Instituição de Ensino Superior e a escola de Educação Básica, ou melhor dizendo, torna-se um eixo articulador entre os saberes adquiridos e, ao mesmo tempo, possibilita ao licenciando a construção de sua identidade profissional docente (PIMENTA, 2006).

Ademais, faz-se necessário entender os aspectos históricos envolvidos na formação docente, e mais especificamente ao estágio supervisionado. Historicamente, definiu-se que o estágio é um conjunto de atividades que os licenciandos realizam durante o seu curso, sendo essa a parte prática. Contudo, esse conceito vem se modificando com o passar do tempo, e a assim como Pimenta (2006), acreditamos que o estágio não é somente a parte prática do curso que se contrapõe a teoria, e sim teoria e prática, ao mesmo tempo.

A primeira tentativa de sistematizar a prática profissional e o estágio nas licenciaturas foi em 1835, com a criação das “Escolas Normais”. As mudanças na organização do ensino continuaram acontecendo com o passar dos anos. Alguns anos depois, em 1892, foi criada a Lei da Reforma Educacional, que instaurou um sistema dual para o treinamento de professores (PIMENTA, 2006).

No começo do século XX, as Escolas de Aplicação passaram a ser subordinadas e ligadas às Escolas Normais. Mas as modificações mais importantes ocorreram décadas depois, com a promulgação da Constituição Federal e a democratização da política brasileira.

Nos anos de 1930, foram criadas as Licenciaturas no nível do Ensino Superior, a Lei nº 1.190 de 1939 instituiu o curso de Licenciatura com o objetivo de formar “técnicos em educação”, com o chamado esquema 3+1, ou seja, três anos de formação do bacharel (fundamentos e teorias) mais um ano de preparação para a docência (Didática e a Prática de Ensino), conferindo ao aluno o título de licenciado e permitindo o exercício do magistério (PIMENTA, 2006). Esse modelo marcou uma nítida fragmentação entre a formação nos conteúdos específicos e a pedagógica.

Alguns anos depois, foi sancionada a Lei Orgânica do Ensino Normal, a Lei nº 8.530 de 1946, organizando o curso normal em dois níveis e estabelecendo um currículo único, afim de promover a formação docente necessária às escolas primárias (PIMENTA, 2006). Vale a pena destacar que já havia uma certa preocupação com os estágios para a formação de professor. Em seu artigo 47, estabelece que “todos os estabelecimentos de ensino normal manterão escolas primárias anexas, para a demonstração e prática de ensino” (BRASIL, 1946).

Quase duas décadas depois foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 4.024, de 1961), mas não trouxe muitos avanços na educação. Então, em 1968, após muitos questionamentos de intelectuais e educadores sobre a necessidade de se criar especialidades no Ensino Superior, surgiu a Lei da Reforma Universitária, que possibilitou a criação das Faculdades de Educação, o curso de Pedagogia e os Institutos e Faculdades das áreas específicas. Até o momento, as disciplinas de didática se configuravam em uma “prática como imitação de modelos” (PIMENTA; LIMA, 2006, p. 3)

No ano seguinte, pela primeira vez, foi sancionada o Parecer nº 292 de 1962, que se refere à Prática de Ensino perante a forma de Estágio Supervisionado, como obrigatória a ser cumprido nos cursos de formação de professores (PIMENTA, 2006).

Diante do contexto político vigente na época, em 1971, foi aprovada a Lei nº 5.692, que transformou o Ensino Normal numa habilitação profissional do 2º grau, atual Ensino

Médio. E em 1977, surgiu o primeiro texto legal “autorizando o estágio de estudantes de estabelecimento de Ensino Superior e de ensino profissionalizante de 2º grau e supletivo” (BRASIL, 1977). A Lei 6.494 era voltada para a regulação dos estágios em qualquer curso de nível superior e, em seu artigo 1º, parágrafos 2º e 3º, há uma preocupação com as condições em que os estágios poderiam ocorrer:

§ 2º – O estágio somente poderá verificar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação, do estagiário, devendo o aluno estar em condições de realizar o estágio, segundo disposto na regulamentação da presente Lei.

§ 3º – Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem e serem planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares (BRASIL, 1977).

Ao lermos o texto desta última lei percebemos que o estágio ainda era visto como uma disciplina prática e complementar. Ocorre, ao nosso entender, uma dissociação entre teoria e prática, deixando cada vez mais clara a necessidade de se explicar que o estágio é teoria e prática ao mesmo tempo.

Nos anos seguintes, estudiosos da área reivindicavam por inúmeras reformas educacionais, em que algumas foram atendidas. Podemos citar a Constituição Federal de 1988, institui a educação como um direito e um dever que visa alcançar a cidadania e a qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988); e a LDB de 1996 (Lei n. 9.394), estabelecendo que a formação de professores para a Educação Básica deveria acontecer em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação. (BRASIL, 1996).

Paralelo a esses movimentos houve discussões e debates sobre a dimensão prática nos cursos de Licenciatura que culminaram na Resolução CNE/CP nº 1 e nº 2, de 2002. Nelas, há uma preocupação com a carga horária destinada às práticas como componente curricular (400 horas) e aos estágios supervisionados (400 horas), vivenciados ao longo do curso. Esses documentos evidenciam a importância de haver uma articulação entre o binômio teoria e prática, além da importância de ocorrer uma parceria das instituições escolares (universidades e escolas) e dos professores da Educação Básica com os da universidade (BRASIL, 2002a, 2002b). Nesse sentido, acreditamos que o estágio se configura como algo que transcende o campo educacional.

Além das normativas que estipulam as cargas horárias de estágio supervisionado para cada área de atuação profissional, existe uma Lei Federal, nº 11.788, de 2008, que regulamenta o estágio supervisionado de qualquer curso superior (BRASIL, 2008).

Diante das discussões trazidas aqui, acreditamos que o estágio é de extrema importância na vida do licenciando, uma vez que oportuniza uma aproximação ao exercício da atividade profissional, priorizando a vivência do estudante na realidade educacional em que irá atuar. O estágio não deve ser entendido como mais uma disciplina obrigatória do curso, indo muito mais além, pois pode proporcionar aos licenciandos a construção de um pensamento crítico e reflexivo sobre a docência. Ele possibilita “um trabalho docente coletivo, uma vez que o ensino não é um assunto individual do professor, pois a tarefa escolar é resultado das ações coletivas dos professores e das práticas institucionais, situadas em contextos sociais, históricos e culturais” (PIMENTA, LIMA, 2006, p. 21).

Como já foi dito anteriormente, a escola é um espaço de construção de conhecimentos, onde a *práxis* acontece. Então, esse ambiente deve ser compreendido como um espaço de criação, de pesquisa, de investigação e de formação docente. Corroborando com essa ideia, Diniz-Pereira (2008) e Arruda (2014) defendem escola como coformadora ativa do licenciando:

[...] pensar a escola de Educação Básica como coformadora dos futuros professores torna-se essencial para objetivar uma transformação construtiva na educação de nosso país, afinal é a partir dela que a tão esperada mudança no cenário educacional efetivamente ocorrerá. É lá que poderá ser feita uma avaliação da formação inicial obtida pelos nossos novos professores (ARRUDA, 2014, p. 43).

A escola é o local em que o licenciando irá estreitar a relação com seus futuros colegas de trabalho, começar a construir sua identidade profissional e também aperfeiçoar os saberes oriundos da academia. Arruda (2014, p. 44) crê, assim como nós, que “é na relação entre os pares que se constrói e se partilha saberes, salientando que essa troca pode ser positiva para ambos os lados – professor experiente e professor em formação”. Além disso, consideramos essencial que as escolas e os seus sujeitos se sintam como parte formadora do licenciando, compreendendo que ela produz saberes indispensáveis para a formação do estagiário.

No que diz respeito as relações tecidas nos estágios temos algumas que merecem destaque e influenciam diretamente na formação inicial e continuada de professores, são elas:

a relação do estagiário com o professor orientador³, o professor supervisor⁴, os funcionários, alunos e comunidade escolar. Pimenta e Lima (2012) afirmam que ser professor orientador de estágio necessita de “aproximação e distanciamento, partilha de saberes, capacidade de complementação, avaliação, aconselhamento, implementação de hipóteses de solução para os problemas que, coletivamente, são enfrentados pelos estagiários” (PIMENTA; LIMA, 2012, p. 114). Podemos dizer que esses docentes ajudam seus alunos a enfrentarem as dificuldades do ambiente escolar e também as comemorar as ações bem-sucedidas.

Quanto à relação entre professor orientador e professor supervisor, corroboramos que é de fundamental importância “que haja um contato, presencial ou não, com o professor regente da escola, de forma a haver uma parceria produtiva entre pares na formação inicial do acadêmico” (ARRUDA, 2014, p. 66). Encontramos até mesmo essa orientação na legislação de estágio, a Lei nº 11.788/2008.

No contato do professor supervisor e com o estagiário considera-se essencial que seja uma relação de troca de experiência e de respeito. É essencial que os professores da escola compartilhem seus conhecimentos e participem do processo na formação dos futuros professores. Para Oliveira, Vasconcelos e Berbel (2015, p. 91), a tarefa de “supervisionar/orientar e produzir conhecimento em equipe demonstrou que é preciso investir na dimensão do trabalho coletivo, compreendendo que o aluno, futuro colega, é interlocutor legítimo na construção e socialização dos conhecimentos pedagógicos”.

Além disso, consideramos que os professores supervisores têm um papel imprescindível na formação do estagiário e são colaboradores na sua formação, uma vez que eles que irão oferecer os saberes experienciais (TARDIF, 2010) a esses alunos. Ponderamos que dessa forma, todos os envolvidos na disciplina, tanto os profissionais da universidade quanto os da escola contribuem e adquirem conhecimento por meio do estágio.

Vale a pena destacar a relação dos licenciandos com os alunos da escola. No momento do estágio o aluno da universidade vai vivenciar a sala de aula de uma outra perspectiva – a de ser professor – e, assim, reforçar a escolha de sua carreira profissional. Além disso, na maioria das vezes, os estudantes do Educação Básica se sentem muito à vontade com a presença de um estagiário, pois veem nele mais uma pessoa para ajudar em seu aprendizado e, por vezes, acabam se tornando amigos do licenciando (CYRINO, 2012).

³ Termo utilizado a muitos anos, para se referir ao docente do Ensino Superior que ministra a disciplina de estágio supervisionado na universidade e é responsável pela orientação pedagógica do estagiário.

⁴ Analogamente, é utilizada a expressão professor supervisor quando nos referirmos ao docente da escola de Educação Básica, que é responsável pela supervisão e acompanhamento do estagiário no campo de estágio, ou seja, na escola.

Diante das reflexões trazidas e afim de compreender o que as escolas fazem para a recepção e a promoção dos licenciandos no ambiente escolar, primeiramente, mapeou-se as escolas estaduais mais atuantes da cidade de Juiz de Fora, no período de 2017 a 2019. Com isso, foi possível traçar quais eram essas escolas e quem são seus professores. A partir disso, pode-se investigar juntos a essas escolas como eles recepcionam os estagiários.

METODOLOGIA

A pesquisa teve caráter qualitativo, uma vez que levou em consideração as ações e as atitudes das pessoas presentes no campo de estudo – a escola. A primeira etapa consistiu em um mapeamento dos dados registrados pela Faculdade de Educação (FACED) da UFJF, buscando conhecer e entender as especificidades dos estágios supervisionados nos cursos de licenciatura da instituição. Esses registros começaram a serem efetuados digitalmente a partir do ano de 2017, justificando o recorte temporal da presente pesquisa – 2017 a 2019. De posse de tais documentos foi possível conhecer quais escolas de Juiz de Fora que mais receberam estagiários no somatório dos três anos, assim como quais foram professores supervisores dessas escolas, além dos professores da universidade que orientaram esses estágios.

O próximo passo foi a seleção das escolas e dos profissionais que se constituiriam sujeitos da pesquisa. Foram escolhidas as escolas estaduais que mais receberam estagiários no período analisado, uma vez que a pesquisadora principal é professora da Rede Estadual de Ensino. Sendo assim, foram selecionadas três escolas estaduais para a pesquisa de campo: Escola A, Escola B e Escola C. Em seguida, os três gestores e os três professores supervisores foram convidados a participar de uma entrevistas semiestruturadas. As escolas e os sujeitos não foram identificados, a fim de mantermos o sigilo e sua privacidade, conforme acordado em um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), firmado com todos eles.

Sobre o perfil das instituições escolares, de maneira geral, as Escolas A e C estão localizadas no centro de Juiz de Fora, atendem estudantes de diferentes regiões da cidade e são de fácil acesso para os estagiários, por contar com diversas linhas de transporte urbano no seu entorno. Atendem alunos do Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A Escola B está localizada em um bairro próximo ao centro de Juiz de Fora, também possui fácil acesso para os estagiários, pois as linhas de transporte urbano das regiões mais populosas da cidade também estão no seu entorno. Atende anos do Ensino Fundamental I, II e Ensino Médio. As três escolas funcionam nos turnos da manhã, tarde e noite.

As equipes gestoras dessas escolas estão na direção há pelo menos quatro anos. Os três diretores entrevistados receberam nomes fictícios - Pedro, Carolina e Leila. Os professores supervisores também receberam nomes fictícios - João, Rosa e José. Eles são efetivos na carreira do magistério estadual e lecionam há mais de dez anos.

Em relação ao perfil do grupo de gestores, Pedro é formado em Letras, lecionou por 20 anos, em escolas particulares e estaduais da região, e está na gestão da escola há cinco anos. Carolina é graduada em Pedagogia, possui especialização na área de Educação e é mestre em Educação. É gestora há quatro anos. Leila é Pedagoga, possui especialização em Psicopedagogia e em Inspeção Escolar. Lecionou por mais de 20 anos, foi vice-diretora por 9 anos e é diretora há 16 anos.

Dentre o grupo de professores da Educação Básica, temos João que é professor de Sociologia, possui mestrado, está cursando doutorado e leciona na mesma escola desde o ano de 2013. Rosa é mestre em Educação, leciona a componente disciplinar de Química há quase 20 anos e está na escola desde 2017. José leciona História há quase uma década e está na escola analisada desde 2014. Todos os professores recebem estagiários desde o começo de suas carreiras e dizem gostar de recebê-los.

A última etapa se iniciou com o convite aos professores orientadores da FAGED que orientaram os estagiários nas escolas analisadas para também participarem de uma entrevista semiestruturada. Eles foram entrevistados, entretanto não discutiremos as falas deles nesse texto.

Após a coleta dos dados, as entrevistas foram transcritas e seu texto utilizado na busca pela compreensão sobre quais foram as ações para o acolhimento e acompanhamento dos nas escolas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a coleta dos dados, foi feita uma leitura flutuante das entrevistas, utilizando elementos da análise de conteúdo pautada nas ideias de Bardin (1977), a fim de entender quais são as ações praticadas quanto à recepção e ao acompanhamento dos estagiários nas escolas. Segundo Bardin (1977, p. 96), uma leitura flutuante é aquela que pouco a pouco se torna “mais precisa, em função das hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas com materiais análogos”.

Os diretores entrevistados relataram que o primeiro passo para aceitarem estagiários é a verificação do convênio que Instituições de Ensino Superior possuem com a

Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora (SRE/JF). Se estiver tudo certo, as escolas recebem o estudante de licenciatura. Após a verificação do convênio, normalmente, as equipes gestoras orientam os estagiários a procurar a coordenação pedagógica ou o professor da disciplina que deverão acompanhar. Eles disseram que nunca se sentiram obrigados a recebê-los, nem mesmo por existir esse convênio, muito pelo contrário, eles gostam e acreditam que a escola tem muito a aprender com eles, como é observado nas falas a seguir:

Os estagiários são sempre encaminhados para mim ou para alguns dos meus vices. E a partir desse momento, a gente vê a área que o estagiário pretende acompanhar aqui na escola e a gente aborda o professor ou os professores da disciplina. (GESTOR PEDRO).

Normalmente eles procuram a equipe gestora e a gente primeiro confere se é da universidade ou faculdade conveniada com a rede estadual, e de acordo com a disciplina ou com o tipo de estágio a gente encaminha, ou para a supervisão pedagógica ou direto para o professor. E geralmente a supervisão pedagógica faz essa mediação entre o estagiário e o professor que vai receber (GESTORA CAROLINA).

Eles chegam aqui e me procuram, e eu encaminho para a supervisão, e a supervisão é quem vai encaminha-los ao professor [...] e o professor vai dando as coordenadas junto com ele, na sala de aula, e nunca ele sozinho na sala de aula, sempre acompanhado de alguém (GESTORA LEILA).

Essa postura revela um aspecto da dimensão profissional da docência que seria a empatia pelo outro que aprende, no sentido de haver um acolhimento do licenciando no fazer da profissão docente. Além do disso, vale ressaltar o papel que os coordenadores pedagógicos podem desenvolver no estágio e no estreitamento das relações entre a universidade e a escola. Muitas das vezes, esses são os profissionais responsáveis pelo acompanhamento de projetos pedagógico nas escolas, bem como o andamento dos estágios. Apesar do importante papel dos coordenadores, a literatura pouco tem discutido sobre a relevância deles para formação dos licenciandos. Isso pode indicar uma tendência conteudista em que faz parecer que apenas o professor especialista estaria implicado na supervisão dos estagiários nas escolas.

Quando indagamos aos entrevistados sobre o papel que as escolas exercem na formação inicial de professores, eles relataram que a escola é o local onde o licenciando vivenciará a realidade de sua futura prática docente. Para alguns autores, como Diniz-Pereira (2008) e Pimenta e Lima (2012), a escola é um lugar indissociável da formação do licenciando e um dos espaços possíveis para que o licenciando encontre a dimensão profissional de sua formação. Desse modo, a escola é um espaço privilegiado de

aprendizagem para todos os envolvidos, em especial, para os estudantes de licenciatura, por ser um espaço de manifestação da diversidade cultural e de produção de saberes.

De igual modo, Arruda (2014) defende que a escola é coformadora do estagiário. Ou ainda, como Pimenta (2006) discute, que “o estágio terá por finalidade propiciar ao aluno uma aproximação à realidade na qual irá atuar [...] é uma aproximação à prática” (PIMENTA, 2006, p. 13-14).

Os entrevistados relatam que normalmente os estagiários frequentam todo o ambiente escolar, participando de festas juninas, reuniões de pais, frequentar a biblioteca, sala dos professores, entre outros eventos e locais da escola. Esse tipo de formação é o que Roldão (2007) chama de “formação em imersão”, ou seja, “transformadora dos contextos de trabalho, feita com as escolas”, construindo “parcerias de formação/investigação, desenvolvidas dentro da ação cotidiana da escola, transformando-a em espaço real de formação profissional permanente” (ROLDÃO, 2007, p. 40). Analogamente, Rodrigues e Lüdke (2010), em um estudo com estagiários, corroboram com a autora, e argumentam

transitar pelos variados ambientes escolares possibilitou a esses futuros professores conhecer o dia a dia da escola e sua dinâmica para além da sala de aula, podendo conversar com professores de outras disciplinas, com os demais profissionais da escola, com os alunos, vivenciando assim, um processo de verdadeira imersão no contexto de trabalho [...] que constitui condição para que o futuro docente construa saberes necessários ao seu desempenho profissional (RODRIGUES; LÜDKE, 2010, p. 34).

Por meio dessa parceria, o licenciando se sente acolhido pela escola e pelos funcionários, se sentindo parte da unidade escolar. Assim ele irá aproveitar ao máximo todo o aprendizado, a fim de se tornar um bom professor. Com isso, o estágio proporciona “que o licenciando tenha reflexões na universidade, tendo em vista a realidade vivenciada nas instituições educacionais, consistindo, portanto, em um momento singular na formação dos professores” (SANTOS, FERREIRA, 2013, p. 94).

Além dessa inserção do estagiário na escola, os gestores e professores entrevistados permitem que os licenciandos se tornem protagonistas e fazem com que eles se sintam acolhidos e pertencentes às escolas, outro ponto essencial na formação inicial de professores, como é demonstrado na fala de alguns deles:

Como eu já disse, na nossa conversa, nós permitimos que o estagiário participe de toda a vida escolar. Então, eu acho que ele é um protagonista sim dentro da escola (GESTOR PEDRO).

Eu dou a liberdade para eles estarem participando das aulas, expondo opiniões, até porque o curso de Sociologia, no Ensino Médio, pelo menos nas minhas aulas, eu exijo isso (PROFESSOR DA EB JOÃO).

Eu sempre convido eles para os eventos da escola, escolha de livros, quando tem conselho de classe eu peço para eles participarem, porque é a vivência da escola (PROFESSORA DA EB ROSA).

Considero importante que o licenciando seja um protagonista dentro da escola e que ele possa participar de toda a vida escolar, além de valorizar o trabalho coletivo. Santos (2004, p. 116) argumenta que as “experiências positivas de acolhimento e abertura favorecem ao desenvolvimento de um estágio que, de fato, contribua com o processo de formação dos professores”.

Outro ponto importante na promoção dos estagiários na escola é levantado por Santos (2004), no que diz respeito à preparação desses alunos para irem as escolas. A autora defende que conhecer a realidade escolar possibilita ao aluno à:

[...] realização de um bom “trabalho” na escola-campo; ou seja, o aluno terá condições de compreender a escola em sua complexidade, a partir do Projeto Político Pedagógico, de vivenciar a realidade da sala de aula, de atuar com responsabilidade, com compromisso, com parceria, e, principalmente, de estar seguro e convicto do papel do estagiário na escola e agir como tal. Essa nova realidade favorece a criação de vínculos entre a escola e os alunos a ponto dos alunos serem convidados a retornarem às escolas, para o desenvolvimento de outras atividades (SANTOS, 2004, p. 96).

A pesquisadora comenta do Projeto Político Pedagógico (PPP) e a importância de conhecê-lo. Ao entrevistar os gestores, foi questionado se existe alguma seção específica em relação ao recebimento e ao acolhimento dos estagiários nesse documento. As respostas foram as seguintes:

Não temos uma seção para o estágio. A sua pergunta é legal, porque nós estamos ajustando o PPP e seria uma boa ideia colocar uma seção sobre o estágio, uma vez que o PPP é um documento da escola, que regulamenta a escola, seria legal inserir o estagiário nele, até mesmo para as futuras gestões, para nortear (GESTOR PEDRO).

Para o recebimento, não, a gente nunca colocou. O que consta no PPP em relação ao estagiário é de buscar parceria com as universidades, para que os estagiários possam nos ajudar em alguns momentos de intervenção na escola (GESTORA CAROLINA).

Então, no PPP, ele entra sim, colocando as regras. Inclusive o que eu estou te falando [em relação ao convênio], da secretaria, e colocando o que vem a ser um estágio, e que a escola está aberta para atendê-los. E eu acho importante

ter isso, porque é no PPP da escola que está incluído toda a dinâmica da escola, e o estagiário faz parte disso (GESTORA LEILA).

Esse questionamento me fez refletir o porquê de as escolas não pensarem em uma seção específica para o estágio e para o recebimento dos estagiários, uma vez que eles são parte da comunidade escolar – como já foi relatado pelos próprios entrevistados. Considero importante a existência dessa seção, em que fossem especificadas ações para com os licenciandos e, dessa forma, os professores e gestores teriam em que se basear para receber e acolher os estagiários e possibilitar sua imersão em toda a vida escolar.

Vale a pena lembrar uma crítica colocada pela gestora Carolina: “a superintendência sempre orienta de a gente receber aquelas universidades conveniadas, mas é só essa a orientação que recebemos, nada mais específico. Eu acho também que poderia ter uma orientação mais direcionada ou política de parceria efetiva”. Mostrando que a SRE/JF poderia ter que ter um papel mais atuante na regulação dos estágios, como por exemplo, promover formações e um procedimento padrão, até mesmo para orientar as escolas a construir um PPP que atenda também às necessidades do estagiário.

Consideramos importante as escolas pensarem na função do PPP, suas características, avaliá-lo nas reuniões e acrescentar as especificidades do estágio e do estagiário, já que eles fazem parte da comunidade escolar. Da mesma forma, as universidades devem pensar nos Projeto Pedagógico de seus cursos, planejando propostas que articulem a relação teoria e prática, contribuindo para a diminuição do distanciamento entre os saberes da universidade e os saberes do cotidiano escolar, assim como entre essas duas instituições (SANTOS, 2004).

As entrevistas mostraram que os professores da Educação Básica disponibilizaram tempo, que, muitas das vezes, era fora da sua carga horária de trabalho, para ao planejamento das aulas, o diálogo e a reflexão. O empenho e a preocupação desses professores vão muito além de orientar e receber estagiários. Essas são posturas de acolhimento, fazendo com que o estagiário se sinta parte integrante da escola. De igual modo, Sarti (2013) pontua que essa é uma relação de acompanhamento formativo,

cujo foco está no futuro da existência do acompanhado que, neste caso, é o estagiário. Em tal relação, aquele que acompanha (a professora parceira) coloca à disposição do acompanhado, condições necessárias para que ele possa descobrir suas possibilidades, organizando situações propícias para a formação ou aproveitando as situações favoráveis (SARTI, 2013, p. 94).

Por meio dessa relação, os gestores e docentes incentivam uma reflexão sobre o estágio e se sentem formadores de professores. Além disso, a autora pontua que “o acompanhamento se mostra como um duplo processo formativo, posto que ao oferecer as condições para que o acompanhado construa seu caminho, o acompanhante constrói também um caminho para si próprio” (SARTI, 2013, p. 95). Em outras palavras, podemos dizer que a interação com o estagiário permite uma rica troca de experiências, e as ideias do estagiário pode impactar e modificar o trabalho do professor, fazendo-o refletir sobre sua própria docência, assim como o novo papel que ele está exercendo, o de coformador do licenciando.

Neste contexto, Menezes (2012, p. 223) afirma que “a reflexão na e sobre a prática objetiva um processo de conscientização capaz de levar os sujeitos envolvidos não só a reconhecer os problemas e as dificuldades da prática educativa, mas, principalmente, a tomar consciência da sua própria condição docente”. Ainda defende a ideia de que deve ser um espaço visando a concepção reflexiva e dialógica entre todos os envolvidos, ou seja, entre o professor formador, o escolar e o que está em formação.

Além disso, o estágio se torna um elo entre as instituições, como corroboram Galindo e Abib (2012 apud ARAÚJO 2014)

Os professores, ainda que sem uma intervenção explícita externa da instituição formadora, assumem papéis que tem o potencial de contribuir com a formação do estagiário, interferindo nesse processo de formação dentro de seus limites de atuação. A manifestação de combinados internos e a criação de critérios para a recepção de estagiários e sua atuação na sala de aula apontam para a possibilidade de ampliação do trabalho em conjunto das instituições formadoras e a escola básica (GALINDO; ABIB, 2012 apud ARAÚJO, 2014, p. 66)

Diante da análise das entrevistas e dos estudos bibliográficos realizados nesta pesquisa, podemos entender a importância do estágio supervisionado na formação docente e compreender o papel da escola e do professor supervisor como coformadores de professores. Entendemos que o estágio promove tanto a formação inicial como a continuada de professores, seja os da escola, seja os da universidade.

Vale a pena ressaltar um outro ponto da entrevista, quando uma das gestoras relatou que algumas vezes os estagiários de sua escola foram identificados por meio de um crachá. Carolina contou como é essa identificação:

A gente buscou em algumas situações identificar para o professor saber quem é estagiário que está aqui, colocando o curso e o nome. [...] acho necessário a gente identificar esse estagiário. Porque pode ser que, em algum

determinado momento do ano, vários professores estejam com estagiários, então, é muita gente circulando na escola que a gente não conhece. Então, é por isso que a gente tem essa preocupação de buscar identificar (GESTORA CAROLINA).

Essa ideia é interessante e válida, porque, como Carolina exemplifica, às vezes, há muitas pessoas circulando na escola, sem nenhuma identificação, e isso pode prejudicar a concentração, o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, o funcionamento da secretaria/portaria e comprometer a segurança de todos. Sabemos que a escola tem muitos processos e pessoas envolvidas, e talvez essa tenha sido a ação que ela encontrou para destacá-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legislação brasileira sobre o estágio supervisionado das licenciaturas considera a escola como a “instituição acolhedora”, sendo o *lócus* da formação docente e onde a *práxis* acontece. Dessa forma, sabemos que tanto a escola quanto a universidade são formadores. A parceria entre as duas instituições é imprescindível na formação de professores, também fomentada pela Lei de Estágios de 2008.

Desse modo, o presente estudo buscou discutir como ocorre a recepção e o acompanhamento dos estagiários no ambiente escolar. Desse modo, realizamos um estudo que nos permitiu compreender como se desenrolam os estágios nas escolas.

Após a realização das entrevistas percebemos que tanto os sujeitos reconhecem que o estágio é um momento fundamental durante os cursos de formação de professores. É quando o licenciando vive a realidade da escola com um olhar de educador em relação às questões do exercício da profissão. Contudo, nenhum projeto diferenciado que tivesse por finalidade a ampliação da colaboração foi evidenciado.

Vale a pena ressaltar que o estágio também favorece a aprendizagem dos professores da escola, em uma perspectiva de formação continuada, por meio da troca de experiências e das reflexões das próprias práticas educativas.

Nesse contexto, temos uma instituição essencial, e igualmente formadora de professores, que é a escola, local no qual se dá a *práxis* e onde as relações são tecidas. Elas têm a função de proporcionar ao estagiário um ambiente acolhedor, favorecendo suas reflexões e contribuindo para a sua formação inicial, além de promover uma formação continuada de seus professores. Entretanto, sabemos que é um grande desafio fazer com que a

escola e seus professores sejam reconhecidos e se sintam igualmente formadores do licenciando, assim como os professores da universidade.

Esperamos que essa pesquisa contribua para a melhoria da qualidade das licenciaturas da universidade, prevalecendo a relação entre os pares, entre universidade e escola, consolidando o estágio supervisionado como um elemento fundante da formação de professores. Esperamos ainda a valorização da formação inicial e continuada de professores e a construção de um conhecimento de forma coletiva.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Simone Reis Palermo Machado de. **Acolhimento no estágio**: entre modelos e possibilidades de formação docente. 2014. 202 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2014.

ARRUDA, T. O. **Estágio curricular supervisionado**: o papel do professor regente da Educação Básica na formação inicial em Educação Física. 2014. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 1977.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.530/46**. Lei Orgânica do Ensino Normal. Legislação Federal de Ensino Superior. Rio de Janeiro, 02 jan. 1946.

BRASIL. **Lei nº 6.494**. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de Ensino Superior e de ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências. Brasília, 07 dez. 1977.

BRASIL. **Lei nº 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.788**. Dispõe sobre o estágio dos estudantes. Brasília, 25 set. 2008.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, graduação plena. Brasília, 18 fev. 2002a.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2**. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília, 19 fev. 2002b.

CYRINO, M. **Formação inicial de professores**: o compromisso do professor-colaborador e da instituição escolar no processo de estágio supervisionado. 2012. Dissertação (Mestrado em

Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2012.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. E. A formação acadêmico-profissional: Compartilhando responsabilidades entre as universidades e escolas. XIV Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, 2008, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, p. 253-267, 2008.

MENEZES, Paulo H. D. Formação Profissional Prática Específica do Professor: reflexões sobre um modelo colaborativo de estágio supervisionado. *In*: CALDERANO, Maria da Assunção. (org.). **Estágio Curricular**: concepções, reflexões teórico-práticas e proposições. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012. p. 209-236.

NÓVOA, A. **Professores**: imagens do futuro presente. Porto: Ed. Porto, 2009.

OLIVEIRA, C. C.; BERBEL, N. A. N.; VASCONCELLOS, M. M. M. Formação Continuada do Professor Universitário: Orientação de Estágio com Pesquisa. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 20, p. 57-98, 2015.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores**: unidade, teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poiesis**, v. 3, n. 3-4, p. 5-24, 2005/2006.

ROLDÃO, M. Formar para a excelência profissional - pressupostos e rupturas nos níveis iniciais da docência. **Educação e Linguagem**, São Bernardo do Campo, ano 10, v. 1, n. 15, p. 18-42, jan./ jun. 2007.

RODRIGUES, P. A. M.; LÜDKE, Hermengarda Alves Ludke Menga. O estágio como porta de entrada para o trabalho docente. *In*: CORDEIRO, A. F. M.; HOBOLD, M. S.; AGUIAR, M. A. L. (orgs.). **Trabalho Docente**: formação, práticas e pesquisa. Joinville: Editora Univille, 2010. p. 29-46.

SANTOS, Helena M. dos. **O Estágio Curricular na Formação de Professores**: Diversos Olhares. 2004. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

SANTOS, A. R. dos; FERREIRA, K. F. Relações Intergeracionais e Alternância na Formação Docente: Considerações a partir de uma proposta de Estágio Supervisionado. **Cadernos de educação**, Pelotas, p. 83-99, set./ dez. 2013.

SILVA, K. C. M. O. **Estágio supervisionado na formação inicial de professores**: o dito e o não dito nos PPC de licenciatura em química. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7043>. Acesso em 21 mai. 2019.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.